

A Margem Equatorial e a Ilusão do Passaporte para o Futuro

Uma consolidação técnico-econômica, geopolítica e de economia política sobre as novas fronteiras petrolíferas no Brasil

Síntese baseada nas análises de: Prof. Dr. Ildo Luís Sauer (IEE-USP / Ex-Diretor da Petrobras) | Organização & Redação: Consolidação Temática

O recente anúncio de indícios promissores de óleo leve no poço exploratório na Bacia da Foz do Amazonas — situado a aproximadamente 175 km da costa do Amapá, na denominada **Margem Equatorial** — reacendeu no debate público brasileiro a célebre promessa do "passaporte para o futuro". Vinte anos após o anúncio da descoberta do Pré-Sal, a retórica política repete o mesmo entusiasmo festivo. Contudo, sob o olhar rigoroso da geofísica, da economia política e da geopolítica mundial de energia, faz-se indispensável examinar com sobriedade: de fato, o que há na Margem Equatorial? A quem servirá a riqueza a ser extraída do subsolo marinho? E como o Brasil pode evitar repetir as frustrações do modelo de apropriação do Pré-Sal?

1. A Dimensão Técnica e o Cronograma da Descoberta

A confirmação de óleo leve na Margem Equatorial constitui uma excelente notícia sob a ótica exploratória, confirmando o que estudos sísmicos já indicavam. Entretanto, é imperativo separar a constatação preliminar da efetiva produção comercial.

A indústria petrolífera e a geofísica seguem rigorosos ritos técnicos e regulatórios divididos em etapas encadeadas:

Etapa TÉCNICA	Ações e Procedimentos Geofísicos	Prazo / Horizonte
1. Perfuração Exploratória	Conclusão do 1º poço; identificação do fluido (óleo leve). Perfuração de 2º e 3º poços delimitadores com base no ultrassom sísmico para estimar o <i>oil in place</i> (volume total na formação).	1 a 2 anos
2. Plano de Avaliação de Descoberta (PAD)	Notificação à Agência Nacional do Petróleo (ANP); estudos geológicos, testes de formação, análise econômica e declaração formal de comercialidade.	2 a 3 anos
3. Plano de Desenvolvimento (PD)	Definição da engenharia de produção: quantidade de plataformas (FPSOs costing US\$ 2 a 3 bilhões cada), poços produtores e injetores de água/gás para manter a pressão da matriz geológica.	2 a 3 anos

HORIZONTE TEMPORAL DA PRODUÇÃO

A transição do primeiro poço exploratório até a entrada em operação das primeiras plataformas no desenvolvimento definitivo exige tipicamente de **4 a 6 anos**. Trata-se de um projeto intensivo em capital que exige avaliações econômicas rigorosas quanto ao fator de recuperação da rocha reservatório.

2. A Crítica da Economia Política: Para Onde Foi a Riqueza do Pré-Sal?

A promessa de que o petróleo é a redenção econômica do povo brasileiro choca-se com a realidade da distribuição do excedente econômico. Quando o petróleo está no subsolo, a Constituição (Art. 20) estabelece que ele é bem da União, patrimônio inalienável de toda a nação. Todavia, no momento em que aflora à superfície, a renda petroleira é disputada e fragmentada por uma multiplicidade de interesses privados e financeiros.

A estrutura de custos e a partilha do valor gerado pelo petróleo (considerando um barril cotado em torno de US\$ 80 a US\$ 100) revelam as profundas assimetrias do modelo brasileiro:

- **Custos de Produção (Finding & Lifting Cost):** Representam cerca de US\$ 8 a US\$ 10 por barril no Pré-Sal (em comparação a US\$ 1 a US\$ 2 na Arábia Saudita e US\$ 15 a US\$ 20 no *shale oil* norte-americano). O custo direto para amortizar o capital e o trabalho é baixo no Brasil, gerando um excedente colossal.
- **Royalties e Participações Especiais (~15%):** Capturados assimetricamente pelos estados e municípios confrontantes. O Rio de Janeiro, por exemplo, absorveu cerca de 80% das participações especiais, sem que isso tenha se traduzido em elevação duradoura dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDHM) em comparação a regiões sem petróleo. A riqueza de um bem da nação (seja do Amapá ou do Pré-Sal) tem sido privatizada regionalmente em detrimento do povo de Chapecoco, Chuí ou Pacaraima.
- **Impostos e Tesouro Nacional (~35% sobre o lucro):** Grande parte da arrecadação de PIS/COFINS e IRPJ canalizada ao Tesouro não financia investimentos sociais permanentes, sendo queimada no pagamento do serviço da dívida pública e em taxas de juros extorsivas.
- **Evasão do Lucro e Dividendos Privatizados:** Cerca de 35% da produção petrolífera brasileira já está nas mãos de empresas estrangeiras (Shell, Equinor, CNOOC, Sinopec, Total). Na própria Petrobras, cerca de 62% do capital votante e não-votante pertence a acionistas privados (sendo ~48% negociado nas Bolsas de Nova York e São Paulo para fundos globais como BlackRock). Consequentemente, a maior parte do lucro e dos dividendos astronômicos deixa o controle do Estado brasileiro.

"O petróleo do Pré-Sal e da Margem Equatorial não pertence unicamente à geração atual. É uma riqueza que estamos tomando emprestada ou de assalto às gerações futuras. Remover esse recurso sem convertê-lo em padrões permanentes de educação, saúde, infraestrutura, reforma agrária e ciência/tecnologia é defraudar o futuro do país."

— Prof. Dr. Ildo Sauer

3. O Embate Ambiental x Avaliação Estratégica das Reservas

Diante do impasse entre o Ministério do Meio Ambiente/IBAMA e o setor energético quanto ao licenciamento na Margem Equatorial, revela-se um equívoco conceitual. Impedir a pesquisa exploratória sob a justificativa da emergência climática é uma postura obscurantista: o Brasil necessita soberanamente saber qual é o exato volume e valor de suas reservas (sejam de petróleo, vento, sol, biomassa ou recursos hídricos).

O que causa danos ambientais e sociais não é o conhecimento técnico do subsolo, mas o modelo regulatório e mercantil que entrega esse recurso à exploração predatória acelerada. A política pública correta exige:

1. **Conhecer o Potencial Total:** Mapear estrategicamente as jazidas com investimentos públicos para saber a real dimensão da riqueza nacional.
2. **Mudança do Modelo de Produção:** Utilizar a prerrogativa prevista na legislação para a **Contratação Direta da Petrobras** sob o regime de partilha/serviço. Pagando-se à Petrobras uma retribuição justa e generosa pelos seus custos operacionais (ex: US\$ 15 por barril livre de impostos), 100% do excedente econômico (a renda petrolífera pura) é capturado diretamente pelo Tesouro Nacional para alimentar um Fundo Soberano de Desenvolvimento.
3. **Atendimento Simultâneo aos 17 ODS:** O combate às mudanças climáticas (ODS 13) não pode ser isolado da erradicação da fome (ODS 1) e da pobreza (ODS 1). O financiamento da transição energética requer o uso racional do excedente fóssil para construir a infraestrutura descarbonizada do futuro.

4. A Geopolítica Mundial do Petróleo e a OPEP+

Na geopolítica global, o petróleo consolida-se como o elemento central da acumulação capitalista. A OPEP e a OPEP+ (que reúne a OPEP e a Rússia) controlam mais de 80% das reservas provadas e 55% da produção mundial, atuando como o oligopólio regulador e mantenedor do preço do barril em patamares estratégicos (em torno de US\$ 80).

A hegemonia histórica das "Sete Irmãs" privadas (IOCs) cedeu espaço às companhias estatais (NOCs) — como Saudi Aramco, Gazprom, CNPC e Petrobras. As investidas geopolíticas das potências centrais (incluindo pressões militares no Oriente Médio e sobre a Venezuela) visam precisamente desestabilizar a renda de monopólio e tomar o controle das maiores reservas do planeta.

Nesse cenário global, o Brasil não deve atuar como mero exportador primário de óleo cru para acelerar a acumulação das petroleiras privadas. A exploração da Margem Equatorial só fará sentido estratégico se integrada a um projeto soberano de desenvolvimento socioeconômico e transição energética justa.

Referências e Fontes Documentais

[1] Transcrição de entrevista concedida pelo Prof. Dr. Ildo Luís Sauer (IEE-USP / Ex-Diretor de Gás e Energia da Petrobras) sobre as descobertas na Margem Equatorial e a economia política do petróleo (2024/2026).

[2] Sauer, Ildo Luís. *Uma análise da hegemonia do petróleo e os desafios da transição energética sob a perspectiva da economia política*. Revista Princípios, ed. 170, p. 9-37, maio/ago. 2024. DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2024.170.002>.

[3] Energy Institute. *Statistical Review of World Energy*, 2023/2024.